



ITU

2ª Vara Cível

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITU ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, nos termos do artigo 52, § 1º da Lei nº 11.101/05, extraído nos autos sob nº 1005065-47.2018.8.26.0286, do pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa CAVICON INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI.

O Dr. CÁSSIO HENRIQUE DOLCE DE FARIA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Itu, Estado de São Paulo, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem ou possa interessar, que, com fundamento no artigo 52 da Lei 11.101/05, fora deferido o processamento da recuperação judicial da empresa CAVICON INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.455.654/0001-59, com sede na Estrada Municipal Augusto Zanon, nº 2.801, Jardim Emico, CEP 13312 - 830, Itu/SP, representada por seu advogado Rogerio Zampier Nicola, inscrito na OAB/SP nº 242.436. Foram requeridos os benefícios da Recuperação Judicial, tendo por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeiro da devedora, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação das empresas, suas funções sociais e o estímulo à atividade econômica (Art. 47 da Lei 11.101/2005). Nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, foi proferido o despacho que segue na íntegra: Vistos, etc. I) Não há notícia de corte. Assim, escorado no entendimento sedimentado na Súmula n.º 57, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expeça-se mandado de intimação para que a CPFL se abstenha de suprimir o fornecimento de energia elétrica no imóvel em que instalada a devedora por conta de débitos por ela acumulados até o dia 7 de junho de 2.018, sob pena de multa diária de cinco mil reais. II) Indefiro o pedido de decretação de segredo de justiça sobre o documento de fls. 69, por entender que a pluralidade de credores tem direito de ter conhecimento de todos os dados referentes ao processo. III) Estando em termos a documentação exigida pelo artigo 51, da Lei n.º 11.101/05 e não incidindo a devedora nas vedações do artigo 48, do mesmo diploma, defiro o processamento da recuperação judicial de Cavicon - Indústria e Comércio de Materiais de Construção EIRELI - EPP. Por conta disso, com fundamento no artigo 52, da Lei n.º 11.101/05 e nos demais dispositivos pertinentes: 1) nomeio administrador judicial o Dr. Felipe Luis de Paula e Souza, OAB/SP n.º 326.004, profissional que goza da confiança deste magistrado. Intime-se pessoalmente o administrador para o fim do artigo 33, da Lei n.º 11.101/05; 2) determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a devedora exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público, ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; 3) determino que a devedora passe a utilizar, no fim de seu nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial", em todos os atos, contratos e documentos por ela firmados e sujeitos ao procedimento de recuperação judicial; 4) determino que se oficie a JUCESP, para anotação da recuperação judicial no registro mercantil da devedora; 5) ordeno a suspensão de todas as ações e execuções contra a devedora, suspensos, igualmente, os prazos prescricionais de cada qual, mas observadas as ressalvas do artigo 6º, §§ 1º, 2º e 7º e do artigo 49, §§ 3º e 4º, todos da Lei n.º 11.101/05. Os autos das ações e execuções em trâmite contra a devedora deverão permanecer no juízo no qual se processam os feitos. A suspensão ora ordenada não excederá o improrrogável prazo de cento e oitenta dias, contados desta data, restabelecendo-se, após o decurso desse prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial; 6) determino que a devedora apresente em juízo, no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de convalidação em falência, o seu plano de recuperação judicial, contendo todos os requisitos dos artigos 53 e 54, da Lei n.º 11.101/05; 7) determino à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; 8) determino a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, de texto contendo: a) resumo do pedido da devedora; b) a íntegra desta decisão; c) a relação nominal nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; d) a advertência acerca do prazo de quinze dias, contados a partir da publicação do edital, para que os credores apresentem diretamente ao administrador judicial suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados no edital (artigo 7º, § 1º, da Lei n.º 11.101/05); 9) determino que se comunique, por carta, às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o deferimento do processamento da recuperação judicial; 10) determino que seja dada ciência deste processo ao Ministério Público, tarjando-se os autos. IV) Apenas para, de antemão, evitar polêmica, desde já assinalo que o prazo de trinta dias, para apresentação de objeções ao plano de recuperação judicial somente terá início após a publicação do edital contendo a lista de credores que vier a ser elaborado pelo administrador judicial (artigo 7º, § 2º, Lei n.º 11.101/05), salvo se configurada a hipótese do artigo 55, parágrafo único, da Lei n.º 11.101/05, que, se configurada, rege a fluência do prazo. V) Tutela de urgência analisada. Por isso, depois de cumprida esta decisão, deverá o escrevente responsável por sua publicação retirar a tarja rosa (que sinalizava urgência) do sistema informatizado, a fim de que este feito tramite no ritmo que lhe é adequado, evitando tratamento prioritário que não mais se justifica. VI) Int. RELAÇÃO DE CREDORES APRESENTADOS NA PEÇA INICIAL CLASSE I TRABALHISTA Domingos Santos de Oliveira R\$ 382,85; Emerson da Silva R\$ 343,24; Felipe dos Santos da Silva R\$ 343,24; Fernando Moreira dos Santos Alves R\$ 476,37; Fernando Pereira de Oliveira R\$ 330,61; Jucelino José de Oliveira Costa R\$ 343,00; Leandro Luciano de Santana R\$ 330,61; Marcelo Ferreira da Silva R\$ 596,51; Marcelo Guimarães de Almeida R\$ 399,68; Márcio Carvalho da Costa R\$ 382,82; Maria Isabel Lobato R\$ 613,97; Wagner da Silva Matos R\$ 332,56; Willian Alves Lourenço R\$ 476,70. TOTAL DA CLASSE I TRABALHISTA: R\$ 5.352,16. CLASSE III QUIROGRAFÁRIO Aro Fomento Mercantil Ltda. R\$ 67.654,11; Auto Geral Autopeças Ltda. R\$ 2.505,75; Banco Bradesco S/A R\$ 220.973,09; Banco Itaú Unibanco S/A R\$ 2.019.001,15; Banco Itaú Unibanco S.A (Cartão BNDES) R\$ 42.154,13; Banco Santander (Brasil) S/A R\$ 2.484.041,02; Bancred R\$ 32.926,81; Brasil Cid Comércio de Ferramentas Ltda. R\$ 4.286,52; Buycred Securitizadora S/A R\$ 2.011.262,71; Caixa Econômica Federal R\$ 1.327.313,08; Centerin Fomento Mercantil Ltda. R\$ 77.314,13; Comep Indústria e Comércio Ltda. R\$ 77.763,43; Comércio de Gás Ituzão Ltda. R\$ 220,00; Construtora Marinho Ltda. R\$ 98.082,90; Cordeiro Máquinas e Ferramentas Ltda. R\$ 2.518,58; CPFL Companhia Piratininga de Força e Luz R\$ 14.000,00; Credit Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios R\$ 52.349,05; De Nigris Distribuidora de Veículos Ltda. R\$ 249,57; Della Via Pneus R\$ 1.042,40; Empresa Rodoviária Scalet Ltda. R\$ 222,26; Ferramentas Gerais Comércio e Importação de Ferramentas e Máquinas Ltda. R\$ 8.823,76; Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multi Recebíveis II BRR R\$ 158.172,43; Fortunato Securitizadora S/A



R\$ 75.900,95; Gerdau Aços Longos S/A R\$ 98.055,73; Gerdau Aços Longos S/A R\$ 4.576.072,64; Hoist-Jib Equipamentos de Elevação de Cargas R\$ 580,00; Inforshop Suprimentos Ltda. R\$ 763,15; Jair Aparecido Pereira Itatiba R\$ 3.046,34; Lauda Editora, Consultorias e Comunicações Ltda. R\$ 672,00; Manetoni Distribuidora de Produtos Sid. Imp. e Exp. Ltda. R\$ 51.046,75; Metais Comercial Ltda. R\$ 195.196,19; Padovani & Padovani Ltda. R\$ 42,12; Pleno Fomento Mercantil Eireli R\$ 55.434,59; RDG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP R\$ 407.982,68; Risel Combustíveis Ltda. R\$ 34.430,90; Sales Equip. e Prod. Hig. Prof. Ltda. R\$ 1.297,76; Sitrel Siderurgica Três Lagoas R\$ 58.122,79; Solemak Recauchutadora Ltda. R\$ 555,06; Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto Multissetorial R\$ 28.946,83; Treliças Faulim Ind. e Com. de Ferro Ltda. R\$ 41.759,26; Valecred Securitizadora Imobiliária S/A R\$ 63.032,92; Zatix Tecnologia S/A R\$ 684,61. TOTAL DA CLASSE III QUIROGRAFÁRIO: R\$ 14.396.500,15. CLASSE III QUIROGRAFÁRIO (MOEDA ESTRANGEIRA) Schnnel Spa EUR 50.000,00. TOTAL DA CLASSE III QUIROGRAFÁRIO (MOEDA ESTRANGEIRA): EUR 50.000,00. CLASSE IV MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE Agilimp Soluções em Limpeza e Descartáveis Ltda. EPP R\$ 3.753,66; Agnaldo Dias da Cruz ME R\$ 120,00; Arcanjo Comércio de Epis Ltda. R\$ 1.052,75; Assistec Solda Comércio e Serviços Ltda. R\$ 700,00; Benedito Erli Rodrigues Pires EPP R\$ 253,92; Cleber Santana de Oliveira ME R\$ 600,00; Comercial Agroempório Ltda. EPP R\$ 1.035,00; Comercial de Peças Bbc Ltda. EPP R\$ 69,12; Comercial Mdo Ltda. ME R\$ 8.223,01; Diviseg Ind. Equipamentos Segurança Ltda. EPP R\$ 6.839,79; Edvair de Marque Nogueira ME R\$ 925,00; G Pneus Ltda. EPP R\$ 830,00; Gmonitor Monitoramento 24 Horas Ltda. EPP R\$ 934,80; Gpcred Neg. e Interm. Comércio Ltda. R\$ 13.250,00; Gráfica Raveli Ltda. EPP R\$ 115,00; Inkjet21 Suprimentos de Informática Ltda. ME R\$ 600,00; Itu Eletro Diesel R\$ 1.466,66; Ituóleo Lubrificantes Ltda. ME R\$ 211,00; João Batista da Silva Lima R\$ 2.340,00; Lucimeire Pereira dos Santos Rodrigues R\$ 150,00; Luis Fernando Abbruzzini R\$ 808,00; Luiz Antonio Cristofolletti & Cia Ltda. R\$ 43,00; Marcio Benedito Vecchi ME R\$ 635,33; Ogata Assessoria Empresarial Sociedade Simples R\$ 22.500,00; Osmar Pivato Pereira ME R\$ 1.100,00; Sacaria Sucesso Indústria e Comércio Ltda. ME R\$ 1.680,00; Tacovel Instrumentos de Precisão Ltda. ME R\$ 586,00; Thais da Silva Ribeiro ME R\$ 9.337,50; Tintas Avenida de Itu Ltda. EPP R\$ 353,10; Ze Mavel Rolamentos Ltda. ME R\$ 334,00. TOTAL DA CLASSE IV MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: R\$ 80.846,64. Terão os credores e interessados o prazo de 15 dias, contados a partir da publicação do edital, para apresentarem habilitações de créditos, na forma do art. 7º, § 1º da lei de Recuperação das Empresas nº 11.101. O presente, expedido por extrato, será publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itu, aos 14 de junho de 2018. CÁSSIO HENRIQUE DOLCE DE FARIA, JUIZ DE DIREITO. Advogado

Rogério Zampier Nicola (OAB 242436/SP), Jonathan Camilo Saragossa (OAB 256967/SP), Renata Campos Y Campos (OAB 290337/SP), Filipe Luis de Paula E Souza (OAB 326004/SP)

ITUVERAVA

2ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1000830-65.2017.8.26.0288. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Ituverava, Estado de São Paulo, Dr(a). JOSE MAGNO LOUREIRO JUNIOR, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) OVIDIO CALIMAM, Brasileiro, Casado, Lavrador, que ANTÔNIO SILVA, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do RG 33.140.973.2/SSPSP e inscrito no CPF/MF 265.563.658, nascido aos 07/05/1931, residente e domiciliado na Rua João Batista de Menezes, nº 568, Ituverava/SP, ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de aquisição de propriedade de uma casa de moradia, situada na Rua JOÃO BATISTA DE MENEZES, n. 568, com área construída de 43,14 metros quadrados e seu respectivo terreno, com frente para a Rua João Batista de Menezes, lado par, esquina formada com a Rua Jerônimo Restivo, lado par, medindo 10,00 metros de frente e fundo, por 12,00 metros quadrados, confrontando pela frente e lado direito respectivamente com as vias públicas João Batista de Menezes e Jerônimo Restivo, pelo lado esquerdo com propriedade do Espólio de Augusto Ferreira dos Santos, imóvel com frente para a Rua João Batista de Menezes, de numeração 560, e pelo fundo com propriedade de Celso Rodrigues da Silva, imóvel com frente para a Rua Jerônimo Restivo, n. 116, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 30 dias. N Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ituverava, aos 25 de junho de 2018.

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 1000762-18.2017.8.26.0288 Classe Assunto:Procedimento Comum - Retificação de Área de Imóvel
Requerente: Antônio de Souza Lino

Prioridade Idoso - Justiça Gratuita

2ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1000762-18.2017.8.26.0288

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Ituverava, Estado de São Paulo, Dr(a). JOSE MAGNO LOUREIRO JUNIOR, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Antônio de Souza Lino ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a posse do imóvel localizado na r. Jerônimo Restivo, nº 396 Vila São Jorge Ituverava-SP CEP 14500-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 30 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ituverava,